

AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE: UMA NOVA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO¹

Adriana Matos de Carvalho Mendes², Jadna Barcellos Rodrigues³, Eder Dion de Paula Costa⁴, Lucia Nobre⁵, Marlo do Nascimento⁶, Noemi Muller Iven da Silva⁷, Matheus Sehn Korting⁸, Daniele Nogueira⁹, Paulo Roberto da Silva Costa¹⁰

RESUMO: Atualmente, percebemos a importância das relações existentes entre universidade e comunidade que vem contribuindo a partir de suas ações de ensino, pesquisa e extensão na melhoria da qualidade de vida de populações que se encontram em situação de vulnerabilidade socioambiental. O NUDESE/FURG, em parceria com o MDS vem executando o projeto denominado Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na aglomeração urbana do sul (Municípios de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção, da comercialização e da agroecologia; que tem como objetivo fortalecer a agroecologia e pesca artesanal, fundamentada em conceitos de cooperativismo, autogestão e sustentabilidade. Para tanto, são e serão realizados cursos e acompanhamento técnico juntamente aos agricultores e pescadores viabilizando uma mudança cultural de transição da prática convencional para uma práxis que contribua para a saúde alimentar. Além disso, a proposta busca o aprimoramento da comercialização dos produtos através de pontos fixos e móveis e da implantação do Centro de Apoio à Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana.

PALAVRAS CHAVES: agroecologia, extensão, agricultura familiar

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivenciamos situações de turbulência que envolvem problemáticas sociais, ambientais e econômicas. Essas circunstâncias se concretizam ao longo processo histórico, em que o ser humano se apartou da natureza e o sistema social vigente constitui-se na valorização do ter e não do ser. Este processo traz graves conseqüências como: o sectarismo, o individualismo, a competição exacerbada, a desigualdade, a espoliação, a solidão e a violência. Como conseqüência ocorre uma distorção dos valores como a solidariedade, o respeito ao próximo e ao meio ambiente, tornando-os ocasionais nas relações cotidianas. Conforme Minayo (1990) existe uma “violência estrutural” que nasce no próprio sistema social, criando desigualdades e todos os problemas com os quais convive grande parte das populações.

A lógica capitalista em que nos encontramos, (Guimarães, 2004) consiste numa visão utilitarista, que pensa a utilização dos recursos naturais como forma de acumulação de lucro, sustentando uma relação desintegrada entre sociedade e natureza, levando a um conseqüente

¹ Original e Inédita

² Mestranda em Educação Ambiental, Licenciada em História, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

³ Pedagoga, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

⁴ Prof. Doutor, Direito, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

⁵ Especialista, Administradora, Técnica Administrativa em Educação, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS, lucianobre@furg.br.

⁶ Graduando em Ciências Econômicas, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

⁷ Graduando em Geografia, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

⁸ Graduando em Ciências Econômicas e Direito, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

⁹ Engenheira de Alimentos, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

¹⁰ Técnico Agrícola, NUDESE, Campus Cidade, FURG, Rio Grande, RS.

antropocentrismo. No entanto, essa abordagem conservacionista, acredita que transmitindo o conhecimento de preservação dos recursos fará o indivíduo compreender a problemática ambiental, visando tornar seu comportamento passivo diante das relações existentes em nossa sociedade, dificultando a compreensão da reciprocidade existente entre as questões ambientais e sociais. De acordo com REIGOTA (1997)

“O desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais”. (p.28, 1997)

A partir dessas reflexões entendemos ser necessária uma prática educacional ambiental que nos mostre um novo olhar, devido às discrepâncias insustentáveis da atual crise ambiental. Essa perspectiva consiste numa ação pedagógica que compreenda o ambiente não somente pelo prisma das questões naturais, mas também como uma relação entre natureza e sociedade, os quais se alteram e se constroem de forma recíproca.

A Educação Ambiental não apresenta definição única, pois existem múltiplas abordagens que constituem as práticas e teorias que fundamentam esse processo educativo. Cabe salientar, que diante desses modos de pensar e agir em educação ambiental, nos identificamos com a vertente da educação “Transformadora” (Loureiro, 2004). Tal teoria se afirma de forma “contra cultural” (Carvalho, 2005), em relação ao sistema vigente. Contudo esse processo educativo não será a solução de todos os problemas gerados pela desigualdade socioambiental, mas um processo norteador do caminho para o desencadeamento da transformação social.

Esta mudança se configura pela finalidade de revolucionar os indivíduos em suas subjetividades. Buscando uma “identidade ambiental” (Carvalho, 2005) e uma consciência de transformação de atitudes e valores ocasionando uma mudança cultural. No entanto, essas alterações deverão se processar ao longo do tempo através das relações estabelecidas entre os indivíduos e também destes com o ambiente. Tal saber configura-se por estes sujeitos não só enquanto indivíduos por suas próprias atribuições, mas também se manifesta enquanto coletivo, pelas relações processadas no seu cotidiano. Portanto o “sujeito ecológico” (Carvalho, 2005) será aquele que detém em seus valores, sentimentos solidários com outro e com a natureza.

Neste sentido, será necessária uma reflexão crítica, para desvelar a realidade socioambiental atual, estruturada pelas relações de poder constitutivas das relações entre indivíduo, sociedade e natureza. Assim sendo, adquirindo clareza para guiar uma ação crítica que busque intervir no processo social. A “sinergia” (Guimarães, 2004) dessa intervenção, se afirma pela força resultante de um movimento conjunto que se produz por uma intenção e ação coletiva concentradas em objetivos comuns.

Diante disso, percebemos os ambientes educativos construídos no cotidiano escolar, comunitário, institucional, entre outros, como espaços que vêm se colocando como um nó, em que o movimento estruturador de uma rede se constitui, para que se criem ambientes comunicacionais, de participação, aprendizagem, debates e reflexões, surgindo assim um movimento organizado de relações que gerem pressão na ordem conservadora. Como expressa as palavras de REIGOTA:

“Em transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles. Assim o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações internas e externas caracterizam a história social e a história individual onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a

exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo”. (p. 15, 1997)

A partir disso, percebemos a importância das universidades nas ações de extensão que vem contribuindo com uma educação social, a partir práxis de agentes que vem intervindo e buscando mudanças culturais, uma relação que consiste em outras formas de sustentabilidade entre homem e natureza.

Neste sentido, compreendemos não basta somente uma ação de intervenção na realidade das pessoas, temos que entender a extensão como um processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que torna viável a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é não apenas a principal ferramenta deste processo dialético entre teoria e prática, mas é também um trabalho interdisciplinar que favorece uma visão integrada do social no interior das universidades (DUBEUX, 2007. p, 09).

A atuação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com a extensão, tem sido uma relação que propicia uma intervenção no ambiente comunitário, numa perspectiva não assistencialista, mas numa visão politizada que proporciona aos indivíduos transformarem-se e serem transformadores enquanto sujeitos históricos. Portanto, foi nessa relação de extensão e ensino que o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE vem atuando na realidade e intervindo diante das adversidades verificadas, na busca por alternativas de mudanças frente às desigualdades sociais. Estes atores são aqueles que “tratam de questões que frequentemente estão excluídas da agenda da vida política ou nas práticas encaradas como da esfera privada, quando não naturalizadas ou estranhas à ordem do dia do debate político e cultura” (RUSCHEINSKY, 2007, p. 24).

AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Atualmente, se discute muito a importância de mudanças no processo de agricultura, que durante muito tempo vem atuando de forma predatória, através de uma produção realizada quimicamente prejudicial à saúde de agricultores e de seus familiares. No entanto essa conjuntura não é uma situação que atinge somente essas pessoas, mas atua de forma relevante na alimentação da população brasileira.

De acordo com a Revista Carta Capital, a ANVISA informa que em 2009, mais de 15% dos alimentos no Brasil apresentam resíduos de agrotóxicos em excesso. Já, em 2007, foram registradas mais de 5.300 intoxicações e 162 mortes por agrotóxicos. Conforme o Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas, da Fiocruz, os números não completos, mas indicam mais de 1.500 casos de trabalhadores rurais contaminados, 1.200 casos de intoxicação acidental e 9 por ingestão de alimentos contaminados.

Este é um contexto, que se define de forma cultura por ser um processo histórico das relações praticadas por uma sociedade produtivista para com a natureza, durante a constituição deste país. Porém a magnitude dessa situação não se limita na preocupação com a saúde alimentar, mas envolve problemáticas ambientais, sociais, econômicas e entre outras circunstâncias que não podem ser desconsideradas, diante de tais questionamentos.

Nesse sentido, a agricultura no sistema de monocultura, que também é um uso e ao mesmo tempo uma forma de exploração predatória, vem sendo fomentado uma nova proposta por agricultores familiares e em espaços urbanos ou no seu entorno e ainda em cooperativas é, sem dúvida nenhuma, uma adequada experiência para a busca prática e reflexão sobre o paradigma do produtivismo capitalista e, fundamentalmente sobre a sustentabilidade, considerando o elo inquebrável entre o espaço urbano e rural.

A agricultura convencional, notadamente aquela forjada pela chamada Revolução Verde¹¹, não têm acabado com a fome e nem buscado priorizar a qualidade do alimento, que contribua com a saúde das pessoas que ingerem tal produto, mas, além disso, são responsáveis pela degradação de áreas naturais, como o bioma amazônico, o cerrado e o pampa, seja pela substituição dos banhados por plantações de arroz, seja pela monocultura de eucaliptos.

Ao percebermos a complexidade que envolve a relação da agricultura no contexto atual, vem sendo propagado na agricultura familiar, outras formas que estão preocupados com a transformação social vinculado a mudança ambiental, do qual, tem por princípio relações complexas que se definem socioambientais, por não ser uma ação desvincula.

Diante disso, tem se constituído uma nova forma de manejo, mas acima de tudo uma mudança cultural que busca uma práxis de agricultura mais sustentável, denominada de Agroecologia, tal conhecimento se afirma como uma nova ciência em construção, que tem como convicção de que é possível reorientar o curso alterado dos processos de uso e manejo dos recursos naturais, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis para todos os brasileiros (CAPORAL, 2009. p.01).

Conforme CAPORAL (2009), a agroecologia não se propõe como uma panacéia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas de nossos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas, senão que busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural e urbano de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados.

Neste sentido, tal conhecimento se constitui a partir do respeito às experiências vivenciadas historicamente por agricultores familiares, articulado com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural, urbano e periurbano, desenhando uma agricultura mais sustentável, que se constitui por uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL, 2009. p.04). Tal aprendizado consiste num processo que parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico assim, permanentemente, possibilitando a transição da produção convencional para uma produção agroecológica.

No entanto, o enfoque de transição agroecológica não é apenas e simplesmente buscar a substituição de insumos ou a diminuição do uso de agrotóxicos, mas consiste em um processo capaz de implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de manejo dos agroecossistemas. Isso é buscar a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas, que já se mostrou excludente e sócio-ambientalmente inadequado, por formas mais sustentáveis de agricultura que incorpore princípios e tecnologias de base ecológica. Mais do que mudar práticas agrícolas, tratar-se de mudanças em um processo político, econômico e sócio-cultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômica- produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados (CAPORAL, 2009. p. 08).

¹¹ Conforme MOREIRA (2000), a Revolução Verde é no Brasil, assumiu – marcadamente nos anos 60 e 70 – a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos –, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurtes (Moreira, 1999b: 9-81).

Esta proposta sugere a necessidade de mudanças, que viabilize uma agricultura mais sustentável que contribuirá com o problema da fome e com a produção de alimentos mais saudáveis, mas essas problemáticas não serão as únicas possibilidades de transformação, porque também irá desencadear sistemas produtivos mais sustentáveis, com menor degradação dos recursos naturais.

A EXPERIÊNCIA DA FURG COM AGRICULTURA FAMILIAR: UMA RELAÇÃO EDUCATIVA

Uma das experiências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, com agricultura familiar e com a pesca artesanal vem sendo difundida pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE que vem atuando com agricultores familiares e pescadores profissionais artesanais dos municípios de São José do Norte e Rio Grande. Essa intervenção vem viabilizando uma nova proposta que se caracteriza numa transição da produção convencional para uma produção agroecológica. Tal projeto possibilita alternativas de comercialização dos produtos destes agricultores através de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Essa proposta é denominada “*Projeto desenvolvimento da agricultura urbana e Periurbana (AUP) na aglomeração urbana do sul (Município de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção e da comercialização e da agroecologia*”, devido à prática da agricultura familiar na região e pela potencialidade para a produção agroecológica, merecedora de mais incentivos educacionais e técnicos que proporcione uma prática voltada para a qualidade da alimentação dessas famílias, além de propagar um processo de mudança cultural nas comunidades locais e viabilizar a constituição de um ponto de comercialização que incentive a sociedade local a prática de ingerir alimentos saudáveis, contribuindo com a qualidade de vida dessas populações.

Diante disso, iremos aqui apresentar alguns resultados das atividades desenvolvidas pelo projeto que se deu início em dezembro de 2008 que contou com uma equipe interdisciplinar abrangendo várias áreas do conhecimento como: Geografia, Direito, Pedagogia, Biologia, História, além de técnicos agrícolas.

O projeto tem alcançado de forma direta através de formações, reuniões, acompanhamento mais de 529 pessoas, entre diversos agricultores e representantes de instituições públicas e organizações não governamentais, como segue: Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Centro de Convívio Meninos do Mar (CCMAR), Escola Assis Brasil, Penitenciária Estadual, Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica Para Sustentabilidade (GTJUS) e Grupo de Pesquisa Natureza e Cidade (GPNC), Associação de Agricultores e Pescadores São Caetano; Associação de Produtores e Pescadores do Pontal (AGRIPESCA), Associação de Agricultores Tesoureiro/Parobé, Grupo de Produtores Ecológicos, Centro de Estudos Ambientais (CEA), EMATER – RS, EMBRAPA, EMBRAPA, EMATER, Secretarias Municipais, Poder Legislativo, Conselho Municipal de Produção de Agricultura de São José do Norte, Cooperativa Teia Ecológica, Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), Associação dos Trabalhadores da Lavoura do Arroz (ATLA), Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre (COOPAVA-MST). Em relação aos participantes do projeto foram beneficiadas 38 famílias de agricultores diretamente e 800 crianças e adolescentes de forma indireta através do Centro de Atenção Integral à criança e ao adolescente – CAIC, que utiliza na merenda escolar os produtos da horta agroecológica.

RESULTADOS

Um dos principais obstáculos iniciais e resultados deste projeto se caracterizaram em proporcionar aos agricultores diferentes visões, estratégias e idéias em relação de como possibilitar uma produção de forma ecológica que contribua com a qualidade de vida de suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e de outras famílias de modo geral.

a) A importância do produto agroecológico para a saúde alimentar:

Essa relação se afirmou através dos questionamentos iniciais desses grupos de agricultores que se definiu a partir dos seguintes questionamentos: *“O porquê de produzir alimentos agroecológicos se o custo é mais caro para a comercialização?”*

Nesta questão percebemos a importância do projeto para desmistificar algumas relações culturais, para demonstrar a viabilidade da transição do produto convencional para a produção agroecológica que conforme Técnico Agrícola do projeto, o Sr. Paulo Costa e a Sr^a. Ieda Mara, representante do NEMA¹²; tal relação se afirma na mudança cultural que se processa a partir da conscientização da população sobre os benefícios da agroecologia para a sua saúde e de modo geral para a saúde alimentar de todos que passam adquirir tal produto. Neste momento ocorreu um relato de um agricultor que revelou: *“Eu já venho produzindo alimentos com base na agroecologia e que a venda é bastante satisfatória, pois as pessoas ao saberem que se trata de alimentos sem agrotóxicos se interessam e adquirem o produto”* (reunião em São José do Norte, com agricultores e pescadores e representantes públicos 02 de dezembro de 2008).

b) O processo de transição: imediato ou não

O segundo questionamento dos agricultores e pescadores consistiu na seguinte pergunta: *“Se era necessário passar toda a produção tradicional de imediato para a produção agroecológica?”* Conforme o Técnico agrícola a produção convencional não precisaria ser passada de forma radical para a agroecológica, pois se sabe do receio que muitos agricultores têm. Contudo, há sempre a possibilidade de se começar algo novo e diferenciado, nem que seja aos poucos, um hectare de alguma plantação, para dar início a transição de um modo de produção para outro, buscando sempre perceber a importância dessa produção para a saúde de suas famílias, que não estarão ingerindo alimentos com agrotóxicos e principalmente para a saúde do próprio agricultor, que passa a manejar diariamente insumos de forma protetiva para sua saúde.

c) O ponto de comercialização

O ponto de comercialização se localiza no centro do município de Rio Grande no prédio Centro de Convívio Meninos do Mar (CCMAR), um espaço que proporciona formação para adolescentes entre 13 a 17 anos, onde uma das capacitações realizadas pelo projeto é sobre agricultura familiar, voltada para esse público, uma inovação desta proposta que é viabilizada através da ação entre prática e teoria, por ser constituída também neste ambiente uma horta comunitária.

Conforme esses os agricultores familiares o projeto contribuirá através do centro de comercialização, pois tendo um ponto certo para comercializar o seu produto, poderão divulgar essa nova perspectiva que busca a sustentabilidade que priorizar a saúde deles enquanto agricultores e da população em geral, mas acima de tudo, por ser uma relação socioambiental que tem como objetivo uma mudança nos valores, crenças e atitudes deles e da população, desmistificando alguns preconceitos em relação à qualidade do produto (reunião com agricultores em Rio Grande, 05 de dezembro de 2008).

¹² Um dos nossos parceiros, que vem contribuindo com assistência técnica e acompanhando aos grupos de agricultores que realizam a Feira agroecológica no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do projeto, inúmeros saberes e conhecimentos foram tecidos tanto para a comunidade participante como para os acadêmicos e profissionais envolvidos, fato que aos poucos foi revelando um caráter emancipatório tanto do verdadeiro papel da extensão enquanto pratica como das ações realizadas.

As práticas que inicialmente buscavam apenas levar a comunidade uma nova proposta de modelo de produção, no convívio e na inserção com os desafios, conceitos e preconceitos de seus atores; foi fundamentando-se em uma visão crítica da realidade, tecendo uma relação dialética que aos poucos dava espaço a uma nova construção de saberes e conhecimentos comprometidos verdadeiramente com uma nova visão de mundo. Visto que, ao mesmo tempo em que contribuía para a efetivação de uma prática sustentável, que significa uma melhoria na qualidade de vida das atuais populações e das futuras gerações, tencionava constantemente seus sujeitos ao confronto dialético entre os saberes acadêmicos e populares.

Confrontos que possibilitaram compreender os equívocos históricos existentes na prática extensionista, base do trabalho “Extensão ou comunicação” realizado por Freire, e da mesma forma a própria origem das práticas realizadas tanto por agricultores como pelos pescadores atendidos pelo projeto.

O processo de construção do conhecimento estabelecido durante o projeto superou o antigo modelo de intervenção extensionista, visto que possibilitou aos seus atores reflexões a cerca de sua relação com o meio sócio ambiental no qual estão inseridos e as relações que são estabelecidas, ou seja, possibilitou aos acadêmicos envolvidos a constituição de sujeitos comprometidos com seu ato educativo, com sua práxis bem como na comunidade a construção de saberes e práticas que possibilitam uma auto-reflexão sobre seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los, cabendo ressaltar que dentro de um processo ricamente pautado na auto-gestão.

Sendo assim, é possível afirmar que a prática extensionista baseada nas relações dialéticas constitui-se como um importante instrumento de transformação da realidade, pois além de apresentar-se como um processo dinâmico de caráter formador, indispensável para a constituição dos profissionais gestados nas universidades; cria condições libertadoras em seus sujeitos no momento que provoca um processo de auto-reflexão sobre suas próprias ações enquanto sujeitos históricos e promotores de um modelo que já não comporta mais a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. **Agroecologia**, Brasília, p.30, 2009.

CARVALHO, I. C. M & SATO, M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M & CARVALHO, I.C. de M (Org.) **Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: Arned.,2005.

DUBEUX, A. O papel das Universidades na Construção da economia solidária no Brasil. **Revista Trimestral de Debate da Fase**. p.09, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. São Paulo: Papyrus, 2004.

JÚNIOR, L. A. F. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. **Departamento de Educação Ambiental**. Brasília, 2007.

LAYRARGUES, P. P. Identidades da Educação Ambiental Brasileira. **Ministério do Meio Ambiente**. Brasília, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004, 97 p.

MINAYO, M. C. de S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos Saúde Pública**. p. 278-292, 1990.

MOREIRA, R. J. Criticas ambientalistas à Revolução Verde. **Net**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ufrj.br/leprans/5.pdf>. Acesso em: 18 de mar 2009.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997, 28 p.

Revista Carta Capital. ANVISA. **Net**. Disponível em: <http://www.clickeassine.com/revista/revista-cartacapital>. Acesso em 20 de fevereiro 2009.

RUSCHEINSKY, A. Atores Socioambientais. In: JUNIOR, L.A. (Org.) Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. **Departamento de Educação Ambiental**. Brasília, p. 24, 2007.